

PROVA ESCRITA DE
DESENVOLVIMENTO DE TEMAS CULTURAIS, SOCIAIS OU ECONÓMICOS

Via Académica – 1.ª Chamada – 27 de Fevereiro 2021 – 37º Curso

Grelha de correção - 1.ª Chamada – 37º Curso

Grupo I

“A catástrofe ecológica põe em acção o imaginário de um fim sem éskaton, sem Juízo Final, sem possibilidade de salvação, como acontecia com o apocalipse cristão. Vivemos numa época pós-religiosa e desencantada, o que faz com que as experiências catastróficas, como a da pandemia em curso, sejam vividas directamente como intrusões sem sentido do Real (com R maiúsculo), numa altura em que nos habituámos à ideia de que o Real conta pouco ou deixou mesmo de existir porque foi superado, alterado ou anulado pelas poderosas e sublimes maquinações tecnológicas que tutelam a nossa existência, as nossas esperanças, o nosso destino. Mas o fim tem-se revelado muitas vezes enganador, sobretudo no âmbito dos sistemas políticos, onde aquilo que num determinado momento parece ter chegado ao seu fim persiste contra todas as apressadas certidões de óbito. Tal como a catástrofe, contra aquilo que o próprio nome diz, pode ser uma violência lenta, quase serena, um desmoronamento progressivo, mas irreversível, o “fim” não é, muitas vezes, senão uma categoria ao serviço de um jogo de repetição, uma crise contínua que até serve de alimento a um sistema bloqueado e no entanto mais do que nunca operativo. Trata-se de um fim contínuo que não se apaga.

Ora, o vírus que está a pôr o mundo de pernas para o ar (não por ser muito letal, mas porque os seus efeitos reais e imaginários são acelerados e amplificados pelos circuitos da globalização e da percepção do mundo que ela induz) é um acontecimento que não se inscreve nesta lógica do contínuo. Ele despertou um assustado clamor precisamente porque é da ordem do descontínuo. E quando se começa a ouvir dizer que nada será mais como antes (estas circunstâncias alimentam sempre a vontade profética), o que se quer dizer com isso está intuitivamente próximo das discontinuidades epistémicas de Foucault: o facto de que às vezes uma cultura deixa em poucos anos de pensar como até então e passa a pensar outra coisa e de outro modo.”

António Guerreiro, *Anatomia da catástrofe, Público, 20/3/2020*

Baseando-se nas leituras sugeridas e em outras que tenha feito, refira e analise as consequências da crise pandémica e o papel do Estado na sua mitigação e integração.

Grelha de correção

Consequências da Crise Pandémica

- A pandemia de Covid-19 como uma catástrofe em cascata, que pela sua duração e escala, tem consequências globais a nível económico, social e cívico. Trata-se de um momento crítico que gera mudanças, dado que as catástrofes são geralmente vistas como momento de crise no qual certas reformas são mais facilmente introduzidas. Estas mudanças são consubstanciadas como “novo normal”.

- A pandemia como acelerador: Mudanças no trabalho e na comunicação, rumo ao teletrabalho e digitalização, que levantam questões sobre condições de habitabilidade para exercício do trabalho à distância e sobre quem deve assegurá-las, bem como sobre possibilidade de automação e sobre o trabalho com tecnologia de realidade aumentada. Inevitavelmente cria também perda de postos de trabalho (ver indústria de aviação).
- A pandemia como isoladora: laços sociais enfraquecidos pelo distanciamento físico, provocando medo do outro e declínio da saúde mental, bem como maior dificuldade em identificar situações de violência porque remetidas ao lar e à esfera privada.
- A pandemia como reveladora de desigualdades profundas a nível económico e educativo, por exemplo, entre os que podem continuar a trabalhar e a estudar porque têm acesso a internet e têm literacia digital, e os que não o podem fazer, aprofundando mais as suas lacunas.
- A pandemia como provocadora de maior desigualdade de género, uma vez que o trabalho de cuidar de dependentes (como idosos e crianças) é maioritariamente desempenhado por mulheres, em funções remuneradas ou não, o que gera consequência negativas na sua saúde física e mental, e também diminuição de rendimento económico e profissional.
- A pandemia como criadora de maiores necessidades nos sistemas de saúde nacionais, uma vez que pode ter consequências crónicas nos que forem contagiados pela doença, muitas delas ainda por identificar.
- A pandemia como motivação para repensar a economia global através da desindustrialização europeia, dado que a dependência da produção de bens essenciais como medicamentos em países terceiros como a China deixa os cidadãos em vulnerabilidade, para além de ser ambientalmente insustentável.
- A pandemia como momento privilegiado para reconhecimento do papel da ciência na produção de soluções para os problemas da humanidade, que deve ser publicamente financiado (caso da produção de vacinas e medicamentos)
- A pandemia como geradora de novos movimentos cívicos de proteção e apoio através por exemplo do sector social e de associações de moradores e cidadãos, que se articulam para chegar onde o Estado se mostra insuficiente (sociedade-providência renovada)
- O papel do Estado face a estas mudanças é exercer o seu papel de estado providência através da assistência social (o que pode revelar os seus limites caso os recursos sejam parcos); o de integrar e regular as possíveis mudanças transitórias ou definitivas (caso da legislação sobre o teletrabalho ou as decisões tomadas sobre

estado de emergência); e o de prevenir e controlar os danos causados pela perturbação pandémica através da comunicação de medidas de proteção.

- Na execução destas funções o Estado em situação de emergência pode ser percebido pelos cidadãos como autoritário, dado que algumas liberdades civis são necessariamente cerceadas. Os limites do Estado democrático no controle das consequências da pandemia podem esbarrar naquilo que constitui a liberdade e o juízo individual. Nesse sentido, é também função do Estado e dos cidadãos vigiar e evitar situações que pervertam os processos do Estado democrático.

Grelha de correção - 1.ª Chamada – 37º Curso

Grupo II

Se há coisa sobre a qual parece haver consenso é a de que é preciso "uma grande força para aguentar o processo judicial", quando se quer provar que se é alvo de assédio moral no trabalho. A citação é de Carolina Amante, a advogada autora do livro "A prova no assédio moral" e que, há vários anos, defende as vítimas.

Catarina Neves, *SIC Notícias* 02.03.2020

Fundamentando a sua abordagem nas leituras que efetuou, discuta a frase citada, não deixando de clarificar o conceito de "assédio moral" em contexto de trabalho

Grelha de correção

"Assédio moral" em contexto de trabalho - conceito

Assédio moral é um conjunto de comportamentos indesejados percebidos como abusivos, praticados de forma persistente e reiterada podendo consistir num ataque verbal com conteúdo ofensivo ou humilhante ou em atos subtis, que podem incluir violência psicológica ou física. Tem como objetivo diminuir a autoestima da/s pessoa/s alvo e, em última instância, pôr em causa a sua ligação ao local de trabalho. As vítimas são envolvidas em situações perante as quais têm, em geral, dificuldade em defender-se. (Torres et al, 2016, p.74)

Tais comportamentos podem traduzir-se nas seguintes situações, passíveis de ser observadas, quer de forma isolada, quer combinadas entre si: Isolamento Social, Perseguição Profissional, Intimidação, Humilhação pessoal.

Segundo alguns autores, para compreender e explicar os fenómenos do assédio moral no local de trabalho é necessário mobilizar três temáticas: as questões do poder, as relações sociais de género e os contextos organizacionais.

- *Poder* porque esta prática implica habitualmente uma diferença de poder entre a pessoa assediada e o/a assediador/a.
- *Relações sociais de género* porque se associa à relação de subordinação feminina e de dominação masculina que culturalmente tem prevalecido em muitas sociedades, colocando as mulheres mais suscetíveis a situações de assédio.
- *Contextos organizacionais* porque o assédio moral é favorecido pelas transformações do trabalho e das organizações decorrentes da crescente globalização e acentuação do liberalismo económico (aumento da competição e das desigualdades no sistema de remunerações e benefícios, etc.),

potenciadas pela situação de crise económica e social espoletada em 2008, com impactos que se estendem ao presente.

No caso específico de Portugal:

- O assédio moral assume valores mais expressivos do que o que se verifica em média nos outros países europeus.
- As situações de assédio moral mais frequentes no local de trabalho são a intimidação e a perseguição profissional.
- Os grupos etários mais jovens, mais desprotegidos em direitos laborais e mais sujeitos ao risco de desemprego, são os mais afetados pelas situações de assédio moral no local de trabalho.
- O assédio moral é um fenómeno social cuja visibilidade é recente.

Por todos estes motivos, será de facto preciso "uma grande força para aguentar o processo judicial" relativo a assédio moral no local de trabalho.

Vários fatores desencorajam a sua denúncia por parte das vítimas, não apenas de ordem legislativa (imprecisões na definição da conduta de assédio), mas também de ordem profissional (medo do desemprego, da reação dos empregadores, colegas e sociedade).